

## Uma análise da epistemologia e metodologia da “Teoria dos Paradigmas” de Amado Cervo

### An analysis of epistemology and methodology of Amado Cervo’s “Theory of Paradigms”

**Luiz Fernando Horta**<sup>1</sup>

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Brasília - Distrito Federal - Brasil

**Resumo:** Amado Cervo é reconhecido expoente na produção acadêmica brasileira em Relações Internacionais e também sobre Política Externa do Brasil. Para além do trabalho sobre História das Relações Internacionais (RI) do Brasil, Cervo ofereceu à academia brasileira uma teoria própria de interpretação de RI em que afirma que o uso de “Conceitos” seria mais apropriado do que de “teorias explicativas” mais abrangentes. Também é de Cervo a explicação baseada em “Paradigmas” da Política Externa Brasileira. Este artigo se pergunta o quão correto é o esforço de Cervo do ponto de vista epistemológico e metodológico para afirmar que nenhuma das duas inovações de Cervo é sustentável do ponto de vista epistemológico.

**Palavras-chave:** Epistemologia. Relações Internacionais. Paradigmas. Amado Cervo. Brasil.

**Abstract:** Amado Cervo is a leading exponent in Brazilian academic field of International Relations and Brazilian Foreign Policy studies. Far beyond his works on History of Brazilian International Relations, Cervo has presented a singular theory of International Relations that uses “concepts” (instead of “Theories”) as a milestone to understand International Relations. Cervo also creates the “Paradigms Theory” to explain History of Brazilian International Relations. This study aims to evaluate how virtuous is the path taken by Cervo using strictly epistemological and methodological tools. In conclusion, the theoretically framed contribution of Cervo’s thoughts cannot stand solidly against an epistemological or methodological analysis.

Epistemology. International Relations. Paradigms. Amado Cervo. Brazil.

Recebido: 18/10/2015

Aprovado: 25/07/2016

### Introdução

As Relações Internacionais (RI) procuram um nicho epistêmico próprio. Se houvesse aqui uma aproximação com os conceitos epistemológicos de Kuhn (KUHN, 1998, p. 35-7), as RIs seriam o que o autor chama de “pré-ciência”, em função essencialmente da falta de um paradigma central e consensual que organize o campo científico. O Realismo, que chegou perto desse ponto, dada a sua predominância durante a Guerra Fria e até os anos 1980, entrou em crise, especialmente por não prever o fim da estrutura bipolar que afirmava estável (WALTZ, 1964).

---

<sup>1</sup> fernandohorta@unb.br

Desde então, vários autores têm argumentado no sentido de definir um nicho epistêmico que possa dar guarida ao almejado status de ciência das Relações Internacionais. Enquanto Waltz (1979) afirma sua teoria como científica para além de qualquer discussão e Duroselle (2000) busca “descobrir a verdade objetiva”, Halliday (2007) pergunta se o “internacional” pode ser o ponto de diferenciação epistemológica para as RI. Acharya e Buzan (2009) refletem sobre o caráter predominante das teorias de Relações Internacionais advindas do ocidente e, mais ainda, do ocidente anglófono; e Waeber e Tickner (2009) adicionam o par teórico centro-periferia demonstrando quantitativamente a dominância do pensar “*made in USA*” dentro do que chamamos de “campo das Relações Internacionais”.

De forma comparativa, o casal Miriam e Colin Elman discutem as intersecções entre a História e a Ciência Política para afirmar que as fronteiras entre os dois ramos do saber estão diminuindo (embora com muitas discussões), tornando as RI mais dialógicas internamente (ELMAN & ELMAN, 2001, p. 28).

No Brasil, ainda que os debates sejam de cunho mais utilitarista, com perfil voltado para o suporte aos “*policy makers*”, segundo Cervo (2009), consolidou-se, não sem questionamentos, o termo “Escola de Brasília” (usado também por Bernal-Meza (SARAIVA, 2009, p. 155)), para definir um grupo de pensadores que, partilhando de uma visão “diferenciada” do instrumental teórico, buscava rever o papel da teoria na formação do conhecimento de Relações Internacionais, e, de forma epistemológica, rejeitava o caráter totalizante desses construtos além do compasso normativo.

Nesse sentido, Saraiva afirma que as teorias norte-americanas são “*old and arrogant*” criticando “[...] *young men and women who, until today, reproduce American Theories as if Americans came to our Brazilian universities dedicated to studies directed to International Relations*” (SARAIVA, 2009, p. 24). Com mentalidade propositiva, Amado Cervo estabelece um caminho diferente: “*I intend to confront the role of concepts to that theories, based on the hypothesis that concepts and theories play different roles in the field of study of international relations*” (SARAIVA, 2009, p. 41).

Este artigo se propõe a avaliar epistemológica e metodologicamente o intento de Cervo, perguntando em que medida está alicerçado em uma sólida base metodológica, capaz de oferecer ao campo das Relações Internacionais uma construção explicativa diferenciada, para além da crítica às “velhas teorias”.

É preciso ressaltar que a contribuição de Cervo para a História das Relações Internacionais do Brasil é inequívoca. O que se pretende aqui é aprofundar-se na questão

epistemológica. Afinal, é necessário refletir sobre o que ele mesmo chamou de “caos” dentro das Relações Internacionais: *“The Chaos is also observable in publications, even those of great authors, who exhibit interpretations of international relations without presenting themselves as formulators of theories, stricto sensu”* (CERVO, 2009, p. 43).

### 1. A Teoria Cerviana

Amado Cervo tem sido expoente no estudo da História das Relações Internacionais por quase trinta anos e, em especial a partir da primeira publicação de História da Política Exterior do Brasil (CERVO & BUENO, 2008), em 1992, é referência constante nos estudos de política externa brasileira. Em 2008, coroou seu trabalho propondo-se a “expor o conhecimento de modo original e novo” (CERVO, 2008, p. 1). A novidade, segundo o autor, caracteriza-se por *“[...] analyze the relationship between theories of international relations and concepts applied to international relations”* (CERVO, 2009, p. 41). Nesse sentido, Cervo afirma ser o corte que faz essencial para a correção do entendimento das Relações Internacionais pelas lentes regionais porque *“Concepts, on the contrary [to the theories] expose the national or regional roots on which they stand and refuse to hold a global explanatory reach”* (CERVO, 2009, p. 41).

O autor reconhece que *“Theories are neither free from bias nor impartial”* (CERVO, 2009, p. 41-2) e afirma que “a pretensão universal [da teoria] constitui-se numa fraqueza” (CERVO, 2008, p. 13) de tal sorte que a vantagem do uso dos “conceitos” residiria no fato de que *“[...] it restricts its reach to the international relations of one given country”* (CERVO, 2009, p. 49). Seguindo nessa senda, Cervo propõe a criação conceitual que chama “Paradigmas” segundo o modelo de “tipo ideal” weberiano (CERVO, 2008, p. 63) cuja função seria *“[...] organizar a matéria que é objeto de observação [...]”* (CERVO, 2008, p. 65).

O autor apresenta seu método de formulação que consiste no fato de *“[...] selecionarmos para o estudo de cada paradigma idênticas questões formuladas em cada caso, como se fossem critérios de definição”* (CERVO, 2008, p. 67). Cada “Paradigma” é composto geneticamente por quatro “problemas”: (1) origem, (2) continuidade e falência, (3) bloco mental (parâmetros ideológicos e políticos) e (4) bloco duro (interesses nacionais, relações econômicas e impactos sobre formação nacional) (CERVO, 2008, p. 67).

Estas conceituações seriam *“social construction”* que teriam raízes em três segmentos da sociedade *“[...] the thinkers of the nation”, “the thinkers of political life and diplomatic action”* e *“academic world”* (CERVO, 2009, p. 51). Neste processo, o autor afirma que *“[...]”*

*my own procedures for the production of concepts are supported by the safety of the historical method, in its essence, taking the path of induction, which goes from the concrete to the abstract*” (CERVO, 2009, p. 51).

Depurando o construto teórico de Cervo, pode-se dizer que é um estudo longitudinal qualitativo de caso, cuja hipótese central é a de que a função exercida pelo Estado brasileiro na mediação do interno com o externo (CERVO, 2008, p. 31) difere fundamentalmente em quatro momentos na história brasileira desde o início do século XIX, e é balizada essencialmente pela busca do desenvolvimento. Estes momentos são denominados como o paradigma liberal-conservador (1810-1930), o paradigma desenvolvimentista (1930-1989), o paradigma normal ou neoliberal (1989-2002) e o paradigma logístico presente de 2002 até os dias atuais (CERVO, p. 8-22).

Como conclusão, o autor afirma que sempre existiu um *trade-off* dentro das políticas formuladas entre tendências liberais e conservadoras (política ou economicamente atuantes) variando a intensidade de umas e de outras em cada um dos modelos (CERVO, 2008, p. 69-88). Esta relação definiria os Paradigmas, sendo que o objetivo seria a consecução de um “interesse nacional” sempre atrelado ao desenvolvimento (CERVO, 2008, p. 72-88) (com exceção do primeiro paradigma que o autor diz haver um entendimento indevido entre “interesses da elite” e “interesses nacionais” (CERVO, 2008, p. 70).

Epistemologicamente, a teoria de Cervo necessita da aceitação de três premissas não claramente abordadas ou elucidadas pelo autor. A primeira é de que o Estado pode ser tomado como um ator unitário (a ideia da “caixa preta” (SMITH, HADFIELD, & DUNNE, 2008, p. 89), nesse específico caso ainda, *não* se pode dizer que, em Cervo, ele é um ator racional, pois em vários momentos históricos teria tomado decisões contrárias ao cálculo egoísta de custo-benefício (SMITH, HADFIELD, & DUNNE, 2008, p. 92-3).

É preciso ver, por exemplo, a atitude dos “brasileiros” frente aos acordos de independência (CERVO, 2003, p. 9), a postura do “grupo social que detinha o poder econômico e configurava o político” no período regencial (CERVO, 2003, p. 10), aos pensadores que colocaram em prática o chamado “Paradigma Normal” (CERVO, 2003, p. 15-6), todos de alguma forma agindo contrário ao senso com as premissas racionais.

Converter o substrato ideológico e religioso do paradigma normal em padrões de comportamento político exigia, sim, boa dose de racionalidade, de que não careciam os homens de Estado brasileiros da era Cardoso. (CERVO, 2003, 17).

A segunda premissa é a de que o Estado brasileiro teria peso político e força econômico-política suficiente – em todos os momentos desde o século XIX – para, sozinho, caracterizar (dar forma e sentido a) todo leque de relações internacionais brasileiras (na medida em que Cervo alargou, com sua teoria, o alcance explicativo do papel do Estado) e ainda de forma monolítica e plena. A terceira premissa é que, em sendo o comportamento do Estado brasileiro variável explicativa, as derivações históricas, contextualmente inerentes, desde o século XIX seriam “*outcomes*” do comportamento desse Estado. Ou seja, a relação de causa e efeito em Cervo, é definida *ex ante*. As ações do Estado são organizadas em uma razão que precede a ação, dando-lhe um aspecto de unicidade e continuidade histórica.

Mostrar-se-á que (1) Cervo entende homogeneamente o Estado como ator unitário, tendo uma abordagem pendular sobre esse aspecto; (2) o Estado em Cervo não obedece à premissa da sua própria construção teórica (ser capaz de dar forma e substância à política externa sozinho), por vezes o autor o evoca como ator político único e outras como refém de grupos sociais e seus interesses distintos dos “interesses nacionais”; (3) entender uma razão explicativa tomada anterior aos fenômenos históricos, que os ordena e dá sentido de unidade e inteligibilidade é, em última instância, retirar o caráter histórico do entendimento da política externa brasileira e incorrer em teleologia.

## 2. A questão dos “conceitos”, teorias e paradigmas

Não é objetivo aqui fazer uma análise da correção histórico-argumentativa de Cervo, uma vez que isso demandaria um cuidadoso trabalho de *process tracing* de mais de 200 anos (haja vista que o argumento do autor remonta ao século XIX), mas sim estabelecer se, metodologicamente, o autor sustenta sua teoria. Nesse intuito, o primeiro olhar recai na dicotomia que Cervo faz entre “conceitos” e teorias e sua noção de paradigma.

Trabalhando como se coisas separadas fossem, o autor diz que o processo de singularização conceitual teria também uma conotação purista ao afastar os condicionantes, meta-agendas e interesses presentes nas teorias. Esta visão ignora o fato de que, apesar de teorias serem “[...] *a reasoned and precise speculation about the answer to a research question [...]*” (KING, KEOHANE, & VERBA, 1994, p. 19), os conceitos são parte integrante delas e servem como peças dentro do processo explicativo teórico cuja função é: “[...] *concepts like variables and units can increase the clarity of our thinking about research design [...]*” (KING, KEOHANE, & VERBA, 1994, p. 53). Em uma explanação mais acurada dessa ideia: “*Theory would have to guide us; that is, we would need a view of concepts and*

*relationships that would point to relevant explanatory variables and would propose hypotheses consistent with logic and experience about their effects”* (KING, KEOHANE, & VERBA, 1994, p. 178).

Assim, os conceitos, epistemologicamente, seriam:

The subtypes and other conceptual forms examined here are, after all, generally critical components of the main substantive arguments presented by these researchers, often advancing the author's overall characterization of the case or cases in question. These are the "data containers" that convey the most salient facts about the regimes under discussion. (COLLIER & LEVITSKY, 1997, p. 432) (grifo do autor).

Conforme Campbell, Enrico Fermi nos dá uma percepção utilitarista do que são conceitos quando afirma que: *“You give me a problem and I will figure out how to solve it; how to construct the apparatus and make measurements in a way which will either confirm or disconfirm the problem you've set for me”* (CAMPBELL, 1985, p. 43, grifo do autor). Em qualquer dos sentidos, não existem conceitos dissociados de uma teoria maior que lhes dá significação:

First, the question of meaningfulness cannot, in his [Hempel] opinion, be raised for any single term or sentence but only for the whole system consisting of the theory, expressed in the theoretical language, and the correspondence rules (CARNAP, 1956, p. 39).

Hilary Putnam também deixa esse ponto muito claro ao afirmar que [...] *the possession conditions for scientific concepts must mention ‘their role in a theory’ [...]*” (PUTNAM, 1992, p. 443). Os conceitos podem, como prática metodológica (PUTNAM, 1992, p. 446), ser tomados por empréstimo – com o devido cuidado ao caráter interpretativo – para figurarem em outras teorias, desde que verificada a inexistência de incompatibilidades ontológicas e metodológicas (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 7-8).

A função conceitual é, portanto, dar mais precisão à visão teórica, oferecendo, em um dado *locus* analítico, um instrumental momentaneamente mais apropriado para a percepção dos micro-objetos e análises internas ao argumento central. A característica mais importante de um conceito é, portanto, sua precisão (no sentido da diferenciação que faz entre os objetos conceituados e o resto do universo) e Sartori chama a atenção para que se evite o *“conceptual stretching”* que seria “[...] *to vague amorphous conceptualizations.*” (SARTORI, 1970, p. 1034).

Apesar de tentar diferenciar *“collection of concepts connected with each other”* (CERVO, 2009, p. 49) de teoria propriamente dita, o próprio Cervo reconhece a incerteza

epistemológica de sua afirmação: “*I am neither preoccupied with the development of yet another theory nor refusing the idea that a collection of concepts may be compared to a theory due to the fact that it performs identical functions* (sic)” (CERVO, 2009, p. 50). Na realidade, o autor afirma, em completo paradoxo, que “um conjunto de conceitos, quando entrelaçados pela função de dar compreensão a determinado objeto de estudo na área das ciências humanas, conduz, em nosso entender à teoria” (CERVO, 2008, p. 1).

Ainda, Cervo afirma que “a análise paradigmática que aplicamos em nossos estudos recentes acerca das relações internacionais do Brasil e da América Latina revelou-se um método criador de conceitos instrumentais, cujo conjunto conduz à teoria” (CERVO, 2003, p. 6). Fica evidenciada uma meta-teoria mecanicista, que levaria às partes individualmente produzidas “com caráter instrumental” (conceitos) a serem entendidas como um corpo explicativo com articulação interna e lógica pertinente (teoria), escondida sob o discurso de Cervo.

Tomando seus próprios termos, a junção de “conceitos” (ou mera justaposição deles) criaria toda uma epistemologia interpretativa e também avaliativa, como se imanente do objeto: “[...] conceitos, isto é, uma reflexão acerca da política exterior e das Relações Internacionais do Brasil, tem por objetivo lhes conferir inteligibilidade orgânica e fornecer, ao mesmo tempo critérios de avaliação de resultados” (CERVO, 2008 p. 64). Fica clara a exacerbação funcional do termo “conceito” que agora ainda se reveste de mais uma capacidade: a avaliativa. De onde emana essa amarração lógico-teórica que confere “inteligibilidade orgânica” aos conceitos na obra de Cervo?

Percebendo que se faria necessário um lastro teórico e mesmo ontológico que pudesse conferir uma percepção causal ou consequencial ao emaranhado de “conceitos” cervianos, o autor lança mão da ideia de Paradigma.

O termo Paradigma foi cristalizado na filosofia da ciência por Kuhn. Seu conceito, entretanto, tem duas concepções distintas, sendo que a primeira se aproxima de um pensamento “*problem solving*” dando à ideia de Paradigma um uso funcional direto e mediado pela sociedade que o reconhece válido: “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1998, p. 13).

Outro uso, entretanto, entende o termo paradigma como um quadro de valores, teorias, ontologias, critérios de entendimento do “real” (KUHN, 1998, p. 60) que mediatiza a visão do

cientista constringendo-a (KUHN, 1998, pp. 44-5): “O estudo das tradições da ciência normal revela muitas outras regras adicionais. Tais regras proporcionam uma quantidade de informações a respeito dos compromissos que os cientistas derivam de seus paradigmas” (KUHN, 1998, p. 63). No posfácio de sua edição de 1969, o próprio Kuhn lidou com essa imprecisão:

Percebe-se rapidamente que na maior parte do livro o termo “paradigma” é usado em dois sentidos diferentes. De um lado indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc. partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KUHN, 1998, p. 218).

Cervo parece beber de ambas as conceituações, mas não se apegar a nenhuma delas. Categoricamente o autor afirma que:

O paradigma em ciências humanas e sociais equivale a uma explanação compreensiva do real. [...] também desempenha a superior função de organizar a matéria objeto de observação, porém não apresenta a mesma rigidez científica. [...] restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana. Em razão dessa versatilidade e flexibilidade, não deve o leitor exigir de um paradigma o encaixe de todas as variáveis dependentes, independentes ou intervenientes, na explicação de um tema de estudo (CERVO, 2008, p. 65).

É preciso reconhecer que em Cervo é possível existirem “variáveis” que estejam fora do Paradigma. Para Kuhn, de forma oposta, qualquer coisa fora do paradigma que não o destrua ou o substitua é não-ciência (KUHN, 1998, p 109-110). Esse ponto é fundamental para as diferenças. Para Kuhn, o paradigma é um grande quadro cognitivo ontológico em cujas teorias, métodos, acepções da realidade, valores, etc. estão contidos totalmente. Qualquer coisa fora desse quadro é uma anomalia e um potencial problema para esse Paradigma. Em Cervo, o mesmo conceito (Paradigma) parece ser uma defesa metodológica e epistemológica para a insuficiência explicativa da própria abordagem. Como se o paradigma não contivesse as categorias suficientes e necessárias para o processo de entendimento da realidade que pretende explicar.

O paradigma cerviano é, portanto, parcial e assim se aproxima da ideia de uma teoria e não de um paradigma. Teorias, sim, são parciais, emergem de uma visão facetada do objeto e podem não lançar luz a determinadas variáveis ou visões a que não estejam previamente adaptadas ou dirigidas. Paradigmas, por seu turno, são o conjunto totalizante de ideias,

princípios, axiomas, etc. nos quais se submergem todas as teorias e visões que deste paradigma comunguem epistemologia.

### 3. A questão da construção do argumento

Sobrepassada a ideia de diferenciação entre conceitos, teorias e paradigmas, chega-se à conclusão que Cervo faz, sim, teoria e, portanto, agora a argumentação deve se orientar para a análise de sua produção teórica pelo prisma da epistemologia.

Em essência, uma teoria busca responder a um problema cognitivo. Ainda que não claramente estabeleça, Cervo parece estar tentando explicar o comportamento do Estado brasileiro ao longo século XIX, XX e XXI no que tange às suas escolhas, posições e comportamentos de sua política externas ou relações internacionais. Nesse sentido, Cervo incorre no que John Ruggie chamou de “*reproductive logic*”, mormente quando se analisa o caráter central do conceito de “desenvolvimento” para a sua teoria:

Hence, what Anthony Giddens says of Durkheim is said even more appropriately of Waltz: he adopts what is supposed to be a methodological principle, and turns it into an ontological one (Giddens 1978:126). As a result, Waltz’s theory of “society” contains only a reproductive logic, but no transformational logic. In his model, therefore, continuity is a product of premise even before it is hypothesized as an outcome (RUGGIE, 1998, p. 154) (grifo do autor).

Dentro da teoria de Cervo, a busca do Estado brasileiro pelo desenvolvimento é parte central de seu argumento. Ocorre que o autor não investiga a realidade para validar sua afirmação, uma vez que ela é uma premissa de sua argumentação e nunca, como deveria ser, parte da sua hipótese. Não há, portanto, questionamento sobre se estava, ou não, a ótica do desenvolvimento presente na gênese da política externa brasileira, tampouco há demonstração das diferenças conceituais que o termo “desenvolvimento” poderia apresentar para os diversos tomadores de decisão nos diversos tempos.

Todas as evidências em contrário (momentos em que o Estado brasileiro não tomou medidas para suportar o desenvolvimento), por exemplo, são alocadas como “anomalias” e resolvidas com argumentos *ad hoc*, quase sempre estabelecendo uma diferença entre “interesse nacional” e “interesse de elites”. Como se estas (elites) sequestrassem temporariamente aquele (o interesse nacional), forçando o Estado a agir contra seus próprios ideais (CERVO, 2008, p. 46, 70). O Estado, quando historicamente não respondeu à normatividade da explicação de Cervo, o fez – segundo o autor – em função de “desvios” ou “forças políticas” que lhe capturaram a ação, subtraindo-lhe o “interesse nacional”.

No Brasil, em razão da abertura econômica indiscriminada, e longe do equilíbrio interno-externo, aprofundaram-se as dependências estruturais com relação ao exterior de modo a fazer prevalecer sobre o interesse nacional os interesses carregados pelas forças transnacionais da globalização (CERVO, 2008, p. 52).

É assim a explicação, por exemplo, do malogro do surto industrial brasileiro (Barão de Mauá) do século XIX (CERVO, 2008, p. 42-3), do processo de internacionalização da economia brasileira na primeira metade do século XX, que se transforma apenas numa “[...] questão de dosagem entre liberalismo e protecionismo” (CERVO, 2008, p. 48), ou mesmo o projeto neoliberal que agora é explicado por escolhas “dos dirigentes neoliberais”, fragmentando-se – sem recurso metodológico apropriado – a premissa do Estado como agente unitário (CERVO, 2008, p. 51).

A escolha pela análise apenas dos casos que corroboram a própria tese e a exclusão da análise (direta ou por argumentos *ad hoc*) de casos que a refutem, configura o que é conhecido metodologicamente como *selection bias* ou “viés de seleção” (GEDDES, 1990). Haveria que se explicar, usando as mesmas premissas sobre as quais a hipótese foi formulada, por quê, em determinados momentos o Estado brasileiro deixou de considerar a questão do desenvolvimento como prioritária ou agiu como se não a considerasse. Quando, efetivamente, o interesse nacional é responsável pelas ações e planejamentos e quando ele dá lugar aos interesses de grupos (além de explicar a diferença ontológica desses grupos) além da explicação sobre a forma e por quais meios isto ocorre.

Aliás, a própria ideia de que o interesse nacional é o próprio “desenvolvimento” incorre em problemas metodológicos conquanto não fica evidente o que é causa e o que é efeito. Assumindo a relação mencionada por verdade – apenas por esforço analítico – há que se perguntar como, quando e por quem esse interesse é (ou foi) definido. Segundo Cervo, tanto a ideia de interesse nacional quanto os “conceitos brasileiros” são definidos, em sua teoria, da interseção de três vetores opinativos: “[...] *the thinkers of the nation*”, “*the thinkers of political life and diplomatic action*” e “*the academic world*” (CERVO, 2009, p. 51).

A tentativa de afirmar a conclusão teórica como um construto convergente de opiniões tem por objetivo dar-lhe robustez e cientificidade pela premissa da diversidade indutiva. Ocorre que o argumento é metodologicamente falho, pois incorre em um equívoco conhecido como endogenia (GEDDES, 1990, p. 133). São suficientemente diferentes as categorias ontológicas apresentadas no argumento de forma que a estratificação das três vias formativas possa fortalecer o caráter objetivo da explicação?

Na realidade, pelos dados fornecidos pelo próprio autor, a criação da RBPI (Revista Brasileira de Política Internacional), por exemplo, é de 1958 e, portanto, já há que se questionar o quão diferente era o vetor acadêmico de relações internacionais e o político-diplomático nos períodos anteriores. Já sobre o vetor “*thinkers of the nation*”, é de exclusiva escolha do autor quais discursos contar como “significativos” para a formação de sua teoria e quais desconsiderar (sem um critério objetivo sustentável). É sabido na História do Brasil o caráter elitista da formação e conservação do Estado, colocando nos mesmos espaços sociais seus criadores e fomentadores (CARVALHO, 2008). A afirmada tríade constitutiva dos “conceitos” e do “interesse nacional” é advinda, em realidade, de um pequeno grupo de pessoas oriundas dos mesmos círculos sócioeconômicos (SILVA, 1995), compartilhando de pensamentos bastante semelhantes.

#### **4. A questão do método histórico**

Outros dois problemas surgem como objeções metodológicas na formulação da teoria Cerviana. O primeiro é decorrente da relação entre metodologia indutiva e “*historical method, in its essence*” (CERVO, 2009, p. 51). O método indutivo é definido por Hume: “[...] todos os argumentos que partem da experiência fundam-se na semelhança que observamos entre os objetos naturais, pela qual somos induzidos a esperar efeitos semelhantes aos que descobrimos seguirem-se de tais objetos” (HUME, 2003, p. 66). Assim indução é, por excelência, um método de extração de dados da realidade que necessita primeiramente de definições claras sobre as categorias de comparação entre o observado e o explicado.

Este método se assenta em quatro premissas básicas: (1) que a realidade é possível ser aprendida pelo sujeito, (2) que há diferença ontológica entre o sujeito que observa e o objeto observado, (3) que o objeto guarda uma condição mínima de singularidade em oposição ao universo ou qualquer outra parte dele e (4) que essa condição observada é imutável no tempo de observação (HUME, 2003, p. 67-69). Essas premissas são pertinentes ao positivismo científico, mas chocam-se frontalmente com a teoria histórica, no atual desenvolvimento da historiografia.

A história, hoje, é reconhecida como um método interpretativo, excetuando-se os ultrapassados paradigmas positivistas (que supunham a possibilidade da observação perfeita) ou a utilização minuciosa de metodologia quantitativa (não sem questionamentos, mesmo na história econômica (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 27-43). Nesse sentido, é trabalho do cientista desvelar de antemão os parâmetros, condicionantes, teorias e métodos pelos quais

está se aproximando do objeto histórico. E reconhecer que, *in extremis*, o método histórico-científico é sempre dedutivo (GINZBURG, 1989, p. 157).

As leis que regem a lógica dessa dedução, contudo, devem ser especificadas *a priori*, sob pena de que as deduções concluídas sejam alvo de questionamentos sobre sua cientificidade arguindo-se a falta de objetividade do sujeito que observa e diferenciação epistemológica das categorias observadas. Em outras palavras, de posse do método indutivo o pesquisador vai ver nas fontes históricas somente aquilo que ele anteriormente já se condicionou reconhecer, em função de seu escopo epistemológico. Dessa forma, nada as fontes poderão fazer no sentido de contradizer as “verdades” já possuídas pelo pesquisador.

Esse efeito da observação indutiva como “*theory laden*” (BIRD, 1998, p. 141-54) compõe o quadro clássico do problema das explicações teleológicas na História, em que se presume uma racionalidade e causalidade nas ações do sujeito em função dos resultados posteriores destas ações. O problema é que, quando o sujeito tomou as decisões, ele não conhecia – diferentemente do historiador que reconta a história – os resultados finais de suas ações. Inferir uma condição de correlação entre esses dois momentos, diferentes no tempo, é um equívoco. Nem todos (na realidade muito poucos) os resultados das ações políticas são queridos, previstos ou mesmo imaginados quando o ator tomou a decisão de agir.

O segundo óbice à confirmação da teoria de Cervo, no âmbito puramente metodológico, é a falta de uma hipótese falseável. Em que pese as diferentes interpretações sobre epistemologia, a falseabilidade conforme descrita por Karl Popper (POPPER, 2004, p. 27-8) ainda é referencial de cientificidade: “*By this first rule, we do not only mean that a ‘theory’ incapable of being wrong is not a theory. We also mean that we should design theories so that they can be shown to be wrong as easily and quickly as possible.*” (KING, KEOHANE, & VERBA, 1994, p. 100). Embora não discriminada, a hipótese de Cervo é que o Estado brasileiro sempre perseguiu o desenvolvimento como valor *per se* e que fundamentalmente essa perseguição difere no tempo em quatro momentos distintos (CERVO, 2008, p. 40-1).

A diferença fundamental entre esses momentos é o *quantum* de liberalismo ou conservadorismo (protecionismo) que foi adotado como referencial definidor de política externa (e ação do Estado). Entretanto, tal tese não pode ser comprovada, senão através de um extenso estudo de “*process tracing*” (COLLIER, 2011) (utilizando-se metodologia qualitativa) ou da criação de dados que possam ser manipulados por metodologia quantitativa. Nem um caso, nem outro, corresponde à forma da confirmação proposta por Cervo. O que se

tem, na apresentação dos paradigmas de Cervo, é uma série de inferências históricas diligentemente organizadas cronologicamente sob o princípio de *followability* (RICOUER, 1984, p. 213-4), e entre elas é presumida uma relação de causalidade que, na maioria das vezes, não é demonstrada.

O bloco duro das relações internacionais do país, da independência a 1930 inclui, como vimos, a percepção dos interesses nacionais, as relações econômicas internacionais e os impactos sobre a formação nacional (CERVO, 2003, p. 10).

Dentro do “bloco duro” de Cervo, por exemplo, não há especificação de quais são e como se dão as relações que ligam os chamados “interesses nacionais”, a “formação nacional” e as “relações econômicas internacionais”, se não um arranjo temporal de pressuposição de correlação ou relação causal não determinada.

## 5. A questão da Normatividade

Ainda, é possível perceber normatividade na forma como o professor Amado Cervo se aproxima do seu objeto de estudo. A normatividade fica evidente quando as categorias analíticas se sobrepõem à empiria retirada do “real”, muitas vezes de forma a “corrigir” esse “real”, seja por crítica imediata a respeito da inadequação entre a ação e seus supostos objetivos racionais, seja por categorização explicativa (invertendo a própria lógica, que Cervo afirma basear-se “do real ao abstrato”).

Nesse sentido, fica claro que em Cervo o escopo de entendimento é formado *ex-ante* ao estudo e, sendo incapaz de diferenciar o “real” pelas categorias propostas (seja porque as categorias não trazem vetores de diferenciação claros ou porque o “real” não se submete, como pretendia o autor, à ditadura da teoria), a realidade é apresentada como “irracional”. A ação internacional de Cardoso, por exemplo, torna-se uma “dança de paradigmas”, em uma explicação paradoxal:

A coexistência paradigmática, embora possa parecer paradoxal ao analista, concretizou-se na era Cardoso, dominada por um homem, cuja personalidade sempre revelou incoerências teóricas e hesitações operacionais. Cardoso ofereceu o espetáculo da dança dos paradigmas: o desenvolvimentista, que agonizava, mas não morria, o normal, que emergia de forma prevalecte, e o logístico, que se ensaiava ao mesmo tempo. (CERVO, 2003, p. 19).

## 6. A formação epistemológica das categorias de análise em Cervo

Cervo afirma que “A análise paradigmática que ora aplicamos ao nosso objeto de estudo, as relações internacionais do Brasil, corresponde, antes de tudo, a um método. Temos por fim a

construção de conceitos pela via da observação empírica” (CERVO, 2008, p. 65). Donde se depreende que Cervo buscará as semelhanças conformativas e categóricas como forma de dar substância evidencial aos seus “Paradigmas”. A primeira constatação é demonstrar que as evidências colhidas por Cervo não emanam de um conjunto universo (POPPER, 2004) que encerraria idealmente a realidade.

As evidências de Cervo emanam de um conjunto finito de colecções e documentos que têm como regra de formação: “[...] as experiências históricas, da Independência a nossos dias (sic), em três níveis, o diplomático, o político e o das relações internacionais, já que nosso método pressupõe a articulação dessas três dimensões da base empírica de observação.” (CERVO, 2003, p. 7). Por óbvio, Cervo não pode coletar “experiências” uma vez que essas são parcelas formativas e diferenciadas de cada indivíduo.

Assim, o autor coleta discursos que foram significados e ressignificados (RICOUER, 1984) pelos diversos agentes culminando pela sua – do próprio Cervo – interpretação. Esse caminho cognitivo pelo qual passam as ideias desde “a Independência a nossos dias” em nada pode ser associado com “base empírica de observação” conquanto os significados são constantemente reinterpretados pelo caminho do tempo. Em realidade, são caminhos opostos, e nada tem de indutivo o “método” cerviano.

A questão aqui não é dizer errada a forma de coleta de evidências através da visão dos atores, o que Carlo Ginzburg chama de “paradigma indiciário”, mas apenas reafirmar que isto não é “indução” conforme afirmado por Cervo, exatamente porque o autor esquece o trabalho de significação e ressignificação que existe antes de que o próprio Cervo venha a exercer o seu próprio entendimento?

If all observation is theory-laden, the objectivity of scientific research might be undermined, for it seems that we may well be unable to tell whether our perceptions accurately capture aspects of the world (COUVALIS, 1997, p. 11)

[...] the sensory aspect of experience is merely the detection of causal proximal stimuli, the meaningful content of experience being totally provided by the network of our belief system (COUVALIS, 1997, p. 17)

Ainda assim, pode-se argumentar – com correção – que todo o historiador está circunscrito a retirar suas conclusões de um conjunto finito de evidências mediadas pelos discursos dos sujeitos produtores destas evidências, seus tempos e ainda a visão do próprio historiador. Nesse sentido, não há que se falar em História neutra ou imparcial, mas deve-se primar por uma história objetiva e relativizar a ideia, tão cara para Cervo, de “empíria”. Por objetividade está o entendimento de que é preciso evidenciar claramente as leis de formação das categorias

conceituais (ou vetores de significação, segundo Carnap (1956)) com que se vai trabalhar além de demonstrar a ontologia de onde parte o discurso científico, sua necessidade e utilidade.

Nesse sentido, Cervo afirma o que segue:

Com o objetivo de elaborar conceitos claros e de poder compará-los entre si, selecionamos para os quatro paradigmas idênticos componentes teóricos que aplicamos ao estudo de cada caso, como se fossem critérios de definição. Primeiramente, buscamos as origens do paradigma. Quais as causas, internas e externas, que se encontram em sua gênese? Que fatores explicam sua continuidade e que outros preparam a transição para novo paradigma? Procedemos, a seguir, à identificação de seus parâmetros. Julgamos conveniente distinguir dois conjuntos de componentes do paradigma, o bloco mental, composto de ideologia e política, e o bloco duro, composto de percepção de interesses nacionais, relações econômicas internacionais e impactos sobre a formação nacional (CERVO, 2003, p. 8).

Em primeira ideia figura a noção de “comparação” por meio dos critérios de definição “claros”. E nesse sentido, Cervo deixa a desejar. Não há explicação sobre qual é a diferença entre a “ideologia” do chamado “bloco mental” e a “percepção dos interesses nacionais” do chamado “bloco duro”. Também não há explicitação da diferença entre a “política” e a “formação nacional” por meio de “relações econômicas”, e porque por meio destas e não de relações de outros tipos.

Os quatro condicionantes do paradigma para Cervo são (1) a origem, (2) a continuidade e falência, (3) parâmetros de ideologia e política (bloco mental) e (4) interesses nacionais, relações econômicas internacionais e a formação nacional (bloco duro) ao que Cervo apõe “a distinção entre os dois primeiros e os dois últimos conjuntos de componentes é relevante para articular os elementos de observação e produzir o resultado abstrato, sob forma de conceitos cuja variedade imbricada acerca do objeto tende à teoria” (CERVO, 2008, p. 67).

Cervo continua reafirmando que parte do “empírico” para o “abstrato” construindo “conceitos” que não são teorias a priori, mas “tendem” a ela. Entretanto, não há explicação do que seria a “origem” do paradigma (se temporal, imagética, material, política ou outra) tampouco se demonstra a diferença e, mais importante, a necessidade diferencial entre a conceituação do “bloco duro” e do “bloco mental”. Em realidade, quando se parte para a verificação do resultado do trabalho analítico de Cervo, ainda menos claro se tornam os vetores conceituais utilizados e, mais claramente a análise se aproxima do problema da endogenia.

We do not usually have the opportunity to manipulate the explanatory variables; we just observe them. One consequence of this lack of control is

endogeneity— that the values our explanatory variables take on are sometimes a consequence, rather than a cause, of our dependent variable. With true experimental manipulation, the direction of causality is unambiguous. But for many areas of qualitative and quantitative research, endogeneity is a common and serious problem (KING, KEOHANE, & VERBA, 1994, p. 185).

As variáveis dos blocos “duros” e “mentais” são causa da forma com que a inserção internacional do Brasil se dá (ou se deu) – admitindo a correção das análises de Cervo – ou são consequência de uma estrutura internacional que desde muito cedo influenciou o pensamento e a ação de nossas elites? Yves Dezalay e Bryant Garth (DEZALAY & GARTH, 2000), por exemplo, estudando as transformações do Estado na América Latina e nos Estados Unidos entre 1960 e 2000, afirmam o oposto:

A pesquisa descobriu que, de 1960 até hoje, as guerras palacianas do Sul são cada vez mais desenvolvidas em termos de estratégias internacionais. Uma conclusão provisória da investigação é que, na verdade, os Estados estão crescentemente inseridos em um mercado internacional de conhecimento técnico centrado no circuito universitário dos Estados Unidos e instituições correlatas (DEZALAY e GARTH, 2000, p. 2).

Assim como no caso dos políticos-bacharéis, os técnico-políticos de diferentes países ocupam posições similares com respeito aos campos de poder de seus países natais. [...] Da mesma forma, noções de dominância ou dependência tornam-se invisíveis e naturalizadas. Torna-se impossível dizer se a fonte de mudança era local ou vinha de outro lugar. O que importa é o paralelismo. (DEZALAY e GARTH, 2000, p. 3).

A inserção econômica internacional do Brasil (e seu desenvolvimento interno) é causa ou consequência dos processos de formação nacional (ou democratização, após o regime militar)? José Álvaro Moisés e Maria Tereza Sadek (MOISÉS & SADEK, 1995), estudando os regimes democráticos na América Latina, afirmam a relação inversa de Cervo:

Ao mesmo tempo, se é verdade que, em um primeiro momento, os novos governantes e os políticos democráticos gozaram de um período de "graça", em sua relação com a opinião pública -- algo que se deve explicar tanto em função do prestígio adquirido pelo novo regime democrático "per se", como em decorrência de a "classe política" passara ser vista agora como administradora "par excellence" de enormes aspirações postergadas por tantos anos --, não é menos importante constatar que, em fase imediatamente posterior, quando buscaram introduzir equilíbrios macroeconômicos de natureza diversa (ajustes fiscais, "abertura" da economia, redirecionamento da produção para exportação etc.), os políticos democráticos passaram a enfrentar dificuldades quase insuperáveis que, em alguns casos, levaram-nos à derrota na primeira competição eleitoral seguinte, comprometendo a continuidade de suas políticas públicas e até de aspectos de seus programas de democratização, como na Argentina de Alfonsín. (MOISÉS e SADEK, 1995, p. 171).

Existe diferença entre “ideologia” e “política” constantes do “bloco mental” e a “formação nacional” e os “interesses nacionais” constantes no “bloco duro” se tomados os processos formativos da elite dirigente? Em texto clássico, Mills (MILLS, 1982) argumenta que toda a elite provém dos mesmos círculos sociais, com semelhantes ideias sobre política, sociedade e até um alto grau de congruência de valores éticos. Daí que resultaria completamente sem sentido a diferença de Cervo:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns e tomar decisões de grandes consequências. [...] pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. (MILLS, 1982, p.11).

As instituições religiosas, educacionais familiares não são centros autônomos do poder nacional. [...] E os símbolos de todas essas instituições menores são usados para legitimar o poder e as decisões dos três grandes” (MILLS, 1982, p.14)

A noção desse estrato dominante implica assim que a maioria de seus membros tem origens sociais semelhantes, que durante toda a sua vida mantêm uma rede de ligações informais e que há um certo grau de possibilidade de intercâmbio de posição entre as várias hierarquias de dinheiro, poder e celebridade (MILLS 1982, p.21-2).

Como são as correlações internas entre esses conceitos?

Estas são algumas questões essenciais que não podem ser respondidas a partir do trabalho de Cervo e se configuram em um problema metodológico sério por não explicitarem quais as variáveis dependentes e independentes em cada uma das suas conceituações, bem como a importância e essencialidade de cada um dos componentes conceituais. Essa falta de rigor metodológico influencia a força do argumento do autor que não é capaz de determinar uma relação, ainda que incipiente, explicativa causal entre os conceitos e os “Paradigmas” que expõe.

## **7. A questão da argumentação pendular**

A heterogeneia explicativa com que Cervo apresenta os seus “Paradigmas” fica clara quando da análise de cada um deles em separado. Não há o cuidado metodológico de construção explicativa (utilizando-se dos mesmos conceitos formativos) para que se atendesse o objetivo exarado pelo próprio autor de oferecer uma forma de “comparação objetiva”. Por vezes, os paradigmas são compostos com determinantes conceituais distintos e apresentados como se houvesse um *quantum* mínimo de comparação gerando uma relação interpretativa por semelhança:

By and large, then, we obtain comparability when two or more items appear similar enough, that is, neither identical nor utterly different. But this

assessment offers little positive guidance. The problem is often outflanked by saying that we make things comparable. In this perspective to compare is to assimilate, i.e., to discover deeper or fundamental similarities below the surface of secondary diversities (SARTORI, 1970, p. 1035) (grifo do autor).

No caso do paradigma liberal-conservador, por exemplo, era formado, segundo Cervo, pela introjeção do liberalismo de matriz europeia (CERVO, 2008, p. 69) sendo que a “diplomacia da agroexportação” foi apropriada pelas elites que faziam dos seus interesses o “interesse nacional” (CERVO, 2008, p. 70). Percebe-se, por exemplo, o argumento do “interesse nacional sequestrado” pelas elites e as “manobras no processo decisório” que estes dirigentes realizaram no período. O “interesse nacional” parece ser diferente, pois, do “interesse das elites dirigentes”.

Já no paradigma desenvolvimentista os homens de Estado foram “contaminados” pela ideologia desenvolvimentista e ainda assim, não se verifica o argumento do “sequestro” do interesse nacional. Cervo afirma que “A leitura dos interesses nacionais dos desenvolvimentistas – autoridades, profissionais e intelectuais – opera por meio do conceito de sociedade complexa, em transformação, rumo ao progresso econômico. [...] a busca do desenvolvimento tornou-se vetor da política exterior” (CERVO, 2008, p. 74).

Do ponto de vista da argumentação, ocorre exatamente a mesma coisa nos dois casos: elites dirigentes que imprimem sua ideia de organização de Estado, seu papel e seu caminho no tempo. Interna e externamente. Mas Cervo afirma que no caso do primeiro paradigma houve o uso *perverso* do processo decisório para que os interesses de uma elite fossem feitos centrais nas ações do Estado à revelia do “interesse nacional”. Já no caso do paradigma desenvolvimentista, a denúncia *não é a mesma*: o “interesse nacional” é o mesmo “interesse das elites”. Não há sequestro nem perversidade no segundo caso; enfim, segundo o autor, o país encontrara o seu caminho.

Essa argumentação pendular, que denota normatividade tanto na acepção do conceito de “interesse nacional” quanto no julgamento das ações de Estado dos períodos, surge novamente no paradigma “Normal”:

O paradigma normal foi, por excelência, invenção da inteligência política latino-americana. [...] as origens não se situam apenas no exterior, como asseveram dirigentes, intelectuais e opinião conservadora: a miragem de uma globalização benigna e as recomendações do centro do capitalismo (CERVO, 2008, p. 76)

No caso do paradigma normal percebe-se que Cervo dissocia o genuinamente nacional daquilo que “vem do exterior” trazido por uma “inteligência política latino-americana” fruto

de uma “miragem”. Nem as políticas propostas são nacionais, tampouco são fruto de ação política nacional (e sim de uma “inteligência política” como minoria dirigente) e sim de “tendência da moda” (CERVO, 2008, p. 78), que era um “misto de crença, fé e utopia” (CERVO, 2008, p. 80). Segundo o autor, “os dirigentes normais esterilizam, de pronto, duas ideias-chave do paradigma desenvolvimentista: as ideias de interesse nacional e de projeto nacional de desenvolvimento” (CERVO, 2008, p.80). Não só se retorna a uma versão do argumento do interesse nacional sequestrado (e nesse caso amordaçado, também), como novamente a política praticada não é “nacional”.

Segundo a argumentação de Cervo, existe uma ideia que sobrepassa o tempo e a política nacional chamada de “interesse nacional”, que não encontra eco em todas as ações dos governos mesmo sendo estes representativos funcionais do processo de condução do Estado. Isso é uma clara inversão de premissa, uma vez que TODA a ação política implementada por um governo se reveste do caráter de “ação nacional” e, portanto, não faz sentido o argumento dicotômico de ora se ter o “interesse de uma elite” ora o “interesse nacional” vigorando como guia explicativo das ações de Estado.

O pêndulo explicativo volta ao campo do juízo de valor “favorável” no paradigma logístico quando: “a percepção dos interesses brasileiros pelos dirigentes logísticos equivale à percepção de interesses de uma sociedade avançada” (CERVO, 2008, p. 86), sendo que “o país cresce, desse modo, como poder global” (CERVO, 2008, p. 88). Temos que, necessariamente, entender aqui “interesses brasileiros” como sinônimo de “interesse nacional”, pois se forem diferentes ainda outro nível de subjetividade e normatividade emerge. Desaparece, assim, o interesse das elites e com ele a perversidade e o sequestro do nacional, afinal “[...] essa estratégia consistiu em dosar o liberalismo às etapas do desenvolvimento agrícola, industrial e tecnológico e à *salvaguarda dos interesses nacionais*” (CERVO, 2008, p. 83).

## **Conclusão**

Em primeiro lugar, é impossível deixar de reconhecer a importância da produção e do conhecimento de Amado Cervo para o estudo das Relações Internacionais do Brasil e da América Latina. É forçoso reconhecer, também, a importância da denúncia que Cervo faz do papel normativo das teorias, embora tal denúncia não seja em nada nova. Entretanto, sua tentativa de criação epistemológica não pode ser entendida como bem-sucedida. Não se argumenta aqui o equívoco empírico da teoria de Cervo. Não se enveredou a análise por esse

lado. Apenas que fazer ciência não é tanto o ponto em que se chega, mas sob que bases foi o caminho até chegar-se lá. É até possível que a Teoria dos Paradigmas de Cervo esteja certa, contudo, o autor não demonstrou nem utilizou com correção da metodologia científica.

A normatividade apontada por Cervo nas “teorias de grande alcance” – que é a crítica em essência que move o esforço criador do autor – não desaparece nele mesmo. Trocamos apenas a nacionalidade da normatividade, pelo que isso possa valer. Ainda, a empreitada de Cervo carece de consistência metodológica, conquanto não apresenta uma hipótese falseável ou mesmo uma metodologia de construção teórica consistente. É tomado por premissa que o interesse nacional (definido teleologicamente) é o desenvolvimento, e ainda com imprecisão na definição do termo “desenvolvimento”. Não são demonstradas as diferenças (e a necessidade) entre as categorias de análise utilizadas para compor o quadro dos “paradigmas” e o uso dessas categorias é heterogêneo durante a construção explicativa de Cervo. Esta situação expõe o argumento à crítica da endogenia e do reforço de suas conclusões de forma não válida cientificamente (através de tautologias).

Quando se observa que a profusão de evidências que embasam uma conclusão advém de uma mesma fonte, o número destas não advoga pela sua força explicativa, senão pela falta de solidez metodológica. Os momentos em que a história não se assenta totalmente na teoria de Cervo são tratados pelo autor como “falhas” dos dirigentes em pensar sua ação política. A teoria de Cervo parece ter primazia heurística sobre o “real” histórico, assim como seu (do autor) conceito de “interesse nacional” também o tem sobre as ações de Estado.

A normatividade na seleção dos casos usados como exemplo das explicações e a falta do afastamento metodologicamente rigoroso das hipóteses contrárias ficam evidentes durante a obra. Os juízos de valor não são meros assessórios discursivos, senão compõem o cerne do processo conclusivo guiando a explicação por meio de distinções conceituais imprecisas e sem teoria subjacente de sustento, como o caso do sequestro dos “interesses nacionais” pelas elites.

Em princípio, toda decisão de Estado tem legitimidade nacional de ser e, se passamos a entender o Estado como o local de direção das elites econômicas e políticas sobre o restante da nação, então temos que fazê-lo sempre durante o estudo. Se existe dúvida quanto à legitimidade do “interesse nacional”, que se busque demonstrar o jogo político interno para consolidar a agenda decisória do Estado numa tentativa de evidenciar a que interesses exatamente servem determinadas decisões e quem delas se beneficia. É preciso demonstrar as relações causais e não apenas presumi-las. Esse caminho, entretanto, não é usado por Cervo,

que opta por cancelar determinadas decisões com o termo “interesse nacional” e criticar outras pelo argumento do “interesse das elites”, sem distinção metodológica ou teórica.

No fim, resta que Amado Cervo é muito maior que a teoria de seus “Paradigmas”.

## Referências

- ACHARYA, A., & BUZAN, B. (2009). **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and Beyond Asia**. New York: Routledge.
- BIRD, A. (1998). **Fundamentals of Philosophy**. Londres: Routledge.
- CAMPBELL, D. (1985, winter). Toward an Epistemologically-Relevant Sociology of Science. **Science, Technology & Human Values**, 10(1), 38-48.
- CARDOSO, C. F., & VAINFAS, R. (1997). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus.
- CARNAP, R. (1956). Methodological Character of Theoretical Concepts. In FEIGL, R. & SCRIVEN, M. **Minnesota studies in the philosophy of Science** (Vol. I, p. 38-76). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CARVALHO, J. M. (2008). **A construção da Ordem: Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização.
- CERVO, A. (2003). Política exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 46, 5-25.
- CERVO, A. (2008). **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva.
- CERVO, A. (2009). Concepts of International Relations. In: SARAIVA, J. F. **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century: Regional and National Approaches**. Brasília: IBRI.
- CERVO, A., & BUENO, C. (2008). **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB.
- COLLIER, D. Understanding Process Tracing. **Political Science and Politics**, 44(4), 823-30.
- COLLIER, D., & LEVITSKY, D. Democracy with Adjectives: Conceptual innovation in Comparative Research. **World Politics**, 49(3), 430-51.
- COUVALIS, G. (1997). **The Philosophy of Science: Science and Objectivity**. Londres: SAGE.
- DEZALAY, Y., & GARTH, B. A Dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação do Estado. 160-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 15(43), 163-76.
- DUROSELLE, J. B. (2000). **Todo império perecerá: Teoria de Relações Internacionais**. São Paulo: UnB.
- ELMAN, C. E., & ELMAN, M. F. (2001). **Bridges and Boundaries: Historians, political Scientists and the Study of International Relations**. Massachusetts: BCSIA.

GEDDES, B. How the cases you choose affect the answers you get: Selection Bias in Comparative Politics. **Political Analysis**, 2(1), 131-50.

GINZBURG, C. (1989). **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras.

HALLIDAY, F. (2007). **Repensando as Relações Internacionais** (2a ed.). Porto Alegre: Editora UFRGS.

HUME, D. (2003). **Uma investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: UNESP.

KING, G., KEOHANE, R., & VERBA, S. (1994). **Designing social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press.

KUHN, T. (1998). **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva.

MAINWARING, S., & TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, XI, 249-286.

MILLS, C. W. (1982). **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar.

MOISÉS, J. A., & SADEK, M. (1995). **Perspectivas de consolidação na América Latina**. São Paulo em Perspectiva, Fundação Alexandre de Gusmão, 169-77.

POPPER, K. (2004). **A lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PUTNAM, H. Activation Vectors and Possession conditions for Concepts. **Philosophy and phenomenological Research**, 52(2), 431-47.

RICOUER, P. (1984). **Time and Narrative** (Vols. I, II e III). Chicago: Chicago Press.

RUGGIE, J. G. (1998). **Constructing the World Polity: Essay on International Institutionalization**. Nova York: Routledge.

SANTOS, B. S. S. (2008). **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez.

SARAIVA, J. F. (ed.) (2009). **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century: Regional and National Approaches**. Brasília: IBRI.

SARTORI, G. Concept Misformation in Comparative Politics. **The American Political Science Review**, 64 (4): 1033-53.

SILVA, A. D. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Revista de Estudos Históricos**, 8(15).

SMITH, S., HADFIELD, A., & DUNNE, T. (2008). **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. New York: Oxford.

TICKNER, A., & WEAVER, O. (2009). **International Relations Scholarship around the world**. New York: Routledge.

TUCHMAN, B. W. (2005). **La Marcha de la locura**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Econômica.

WALTZ, K. The stability of a bipolar World. **American Academy of Arts and Sciences**, 93(3), 881-909.

WALTZ, K. (1979). **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison-Wesley.